



A conjuntura histórica da fundação do Rio Grande do Sul

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
LUIZ HENRIQUE TORRES
ANSELMO ALVES NEETZOW**

3



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



A conjuntura histórica da fundação do Rio Grande do Sul



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Carlos Carranca

- Universidade Lusófona -

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) -

José Eduardo Franco

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Vania Pinheiro Chaves

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Luiz Henrique Torres

Anselmo Alves Neetzow

A conjuntura histórica da fundação do Rio Grande do Sul



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2017

**© DIRETORIA DA CÁTEDRA INFANTE DOM
HENRIQUE PARA OS ESTUDOS INSULARES
ATLÂNTICOS E A GLOBALIZAÇÃO**

Diretor: José Eduardo Franco

Diretor-Adjunto: João Relvão Caetano

Secretária: Aida Sampaio Lemos

Tesoureira: Joana Balsa de Pinho

Vogais: Maurício Marques, Paulo Raimundo e Carlos Carreto

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Vice-Presidente: Francisco das Neves Alves

Diretor de Acervo: Mauro Póvoas

1º Secretário: Paulo Somensi

2º Secretário: Luiz Henrique Torres

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Roland Pires Nicola

Ficha Técnica

- Título: A conjuntura histórica da fundação do Rio Grande do Sul
- Autores: Francisco das Neves Alves; Luiz Henrique Torres; Anselmo Alves Neetzow
- Coleção Rio-Grandense, 3
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2017

ISBN - 978-85-67193-10-6

APRESENTAÇÃO

O projeto português de incorporação das terras meridionais do Brasil foi entabulado ao longo do tempo e colocado em execução a partir do século XVIII. Apesar de diversos documentos apontarem para a utilidade da ocupação daquele território sulino, houve resistência ao mesmo, tendo em vista as dificuldades políticas, econômicas e demográficas da Coroa lusa em levar em frente tal plano. Além disso, faltava uma motivação mais expressiva quanto ao aproveitamento econômico da região, de modo a enquadrá-la no contexto das relações colônia – metrópole.

Tal conjuntura seria modificada a partir do intento lusitano de avançar sobre a região platina. Desde a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, os portugueses vinham encontrando graves obstáculos para conseguir garantir sua permanência junto ao Rio da Prata, posição estrategicamente fundamental para o projeto luso de usufruir da navegação e do comércio naquela zona. As constantes invasões de parte dos espanhóis levaram a Coroa portuguesa a finalmente colocar em prática o plano da ocupação das terras onde se estabeleceria o Rio Grande do Sul.

Desde 1737, o estabelecimento português no extremo-sul brasileiro foi se consolidando. Enfrentando intempéries e óbices de toda ordem, o projeto político-estratégico de criar um ponto de apoio à Colônia do Sacramento viria a ser complementado pela efetiva

alocação de um contingente populacional, item fundamental para a legitimação da posse territorial. Os enfrentamentos com os vizinhos e inimigos hispânicos foi uma realidade indelével que demarcou toda a formação regional à época colonial.

Durante a organização do Seminário Internacional 280 anos da fundação da cidade do Rio Grande, atividade realizada de 30 de março a 1º de abril de 2017, pela Biblioteca Rio-Grandense, Secretaria de Município de Cultura do Rio Grande e Academia Rio-Grandina de Letras, o tema da incorporação destas terras meridionais foi um dos mais debatidos. Dos estudos realizados durante o evento, resultaram os três ensaios apresentados neste livro, envolvendo desde os projetos iniciais, passando pelas dificuldades enfrentadas, até à consolidação da fundação do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Do imaginado ao realizado: a cidade do Rio Grande entre as disputas coloniais (9)

Rio Grande: da fundação à reconquista luso-brasileira (35)

A fundação social do Rio Grande (51)

Do imaginado ao realizado: a cidade do Rio Grande entre as disputas coloniais

Anselmo Alves Neetzow*

1. Introdução

O presente artigo é fruto da apresentação, enquanto palestra, no Seminário Internacional: 280 anos da Fundação da Cidade de Rio Grande, ao qual senti-me muito honrado em participar. Para tanto, foi decidido que tornar-se-ia interessante trazer a tona algumas reflexões a respeito das disputas coloniais na região austral da América do Sul inserindo, desta forma, a cidade do Rio Grande neste contexto histórico. Por isso, julgamos importante fazer o destaque do que está sendo disputado, por quem e em que época.

Para tanto, fez-se necessário dividir a fala em três momentos distintos, são eles: 1) Reconhecimento do sul da América do Sul, sobretudo a região da bacia do Rio da Prata; 2) As disputas entre as metrópoles coloniais, nomeadamente, Portugal e Espanha entre os séculos XVI e XVIII e 3) A inserção da cidade do Rio Grande e o

* Doutor em História pela Universidade de Coimbra. Professor dos cursos de História da Universidade Federal do Rio Grande.

crescimento da sua importância atrelado aos interesses metropolitanos.

Após as análises supracitadas encaminhou-se o desfecho. Nisto, foram discutidas as reflexões com o público cuja participação foi bastante enriquecedora. Por fim, mesmo que de forma singela, contribuímos para a construção do conhecimento do passado da região quando fruto dos avanços coloniais.

2. O Sul da América do Sul

Ao colocarmos os olhos no mapa que segue vemos representada a região austral da América do Sul onde se destaca a bacia do Rio da Prata, assim como, a localização da cidade do Rio Grande. Concentrando as observações no relevo da região notam-se os seguintes elementos geográficos: o Chaco, o Pampa e a Planície Costeira do Atlântico. O Chaco, por sua vez, possui uma superfície muito plana. Os rios que por ali correm têm cursos muito sinuosos e muito ramificados tornando-os muito lentos formando, desta maneira, zonas pantanosas.

O Pampa apresenta um declive suave, porém, bastante irregular, com concavidades e colinas umas vezes mais elevadas e outras menos. O Pampa não é homogêneo ocasionando o chamado Pampa Ondulado que possui suave ondulação, diferenciando-se das barrancas e dos terraços fluviais e das baixadas. Há também, o Pampa Deprimido com inundações perpétuas e, por fim, o Pampa Elevado com algumas lagunas com a água salobra e com a presença de salitre em grau elevado.



Fonte: *Atlas Geográfico*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 2000, p. 27.

A terceira característica de relevo é a Planície Costeira do Atlântico que, como o próprio nome indica, ocupa parte da costa do Oceano Atlântico, sendo essa de menor altitude, por encontrar-se quase ao nível do mar. Contudo, indicamos a presença da Planície Dêltica, uma vez que, é uma parcela importante da Planície Costeira do Atlântico. Esse espaço dêltico possui uma extensão de aproximadamente 14.000 km². Trata-se de um constante depósito de sedimentos do rio Paraná na sua afluição com o Rio da Prata e, com isso, constituiu a origem das ilhas fluviais aí existentes. Por estar inserido no processo de deltificação, tais ilhas estão em constante mudança na sua morfologia e na sua extensão. O solo arenoso desta última região é composto pela desagregação das rochas afloradas de baixa altitude, logo, de difícil aproveitamento agrícola.

Nas fronteiras com o Brasil, afloram rochas muito duras e de difícil trabalho, de coloração esbranquiçada, além de outros montículos com rochas igualmente duras de cor amarela e azul e grandes lajes de basalto.

Por fim, o espaço platino possui uma característica que salta aos olhos do observador atento, pois tanto o Chaco, quanto o Pampa ou a Costa Atlântica são caracterizados pela predominância de planícies, sem ignorar as muitas exceções de características locais. Entretanto, para a construção de uma identidade comum daqueles que habitam a região platina tais elementos tornam-se um importante fator homogeneizante. Por esta razão, a paisagem ampla, com um solo, de certa maneira, difícil de ser trabalhado propicia o desenvolvimento da pecuária como atividade principal, ficando a agricultura em segundo plano. Evidentemente, que tais atitudes estão diretamente relacionadas as ações realizadas no período colonial.

3. As disputas coloniais na região platina entre os séculos XVI e XVIII

Ao iniciar este tópico, é nosso dever trazer a memória do leitor, a existência de um documento que para a análise da histórica do mundo em geral é inegável a sua importância. Estamos a fazer menção ao Tratado de Tordesilhas. Em todo o processo de colonização do Novo Mundo, temos a convicção de que nenhum outro documento foi tão mencionado, citado e analisado como este. Por isto, não podia ser deixado de lado, pois está diretamente relacionado com as ações ibéricas, também, na região austral da América do Sul. O referido tratado, como é sabido, foi assinado em 7 de junho de 1494 por

representantes dos reis de Castela e de Portugal, na vila castelhana de Tordesilhas, sendo este o motivo que levou à perpetuação da sua designação ao longo do tempo.

Ao nos debruçarmos ao tratado consta que o traçado da linha imaginária na partilha das dominações no mundo entre Portugal e Castela se localizava a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Consta, também, que ambos monarcas ibéricos deviam enviar duas ou quatro caravelas, com experimentado pessoal no que toca a medições e a técnicas náuticas em geral cujo objetivo principal era de realizar uma expedição, para reconhecer os mares, os ventos, os graus do sol e as rotas para melhor definir as posses mundiais referidas no contrato, criando marcos a serem respeitados.

O referido documento teve a sua função histórica de dividir, em escala global, os dois impérios em expansão, como é comumente conhecido. Contudo, outros interesses também estavam em jogo na altura da negociação. Em primeiro lugar, como afirma João Marinho dos Santos, a assinatura do Tratado de Tordesilhas não contrariava a política externa de Portugal e sim aceitava e documentava as disputas que vinham sendo travadas com Castela perante o poder papal e ilustrava o desejo de pertencer à “*Respublica Christiana*”, além do que fez com que fosse reforçada a independência portuguesa perante os castelhanos, pois colocava em pé de igualdade os monarcas. O rei D. João II também tinha o interesse de garantir, com segurança, a rota para as Índias, contudo, habitava a dúvida no pensamento dos contratantes sobre a existência de terras a oeste, principalmente depois da primeira viagem de Cristóvão Colombo, uma vez que o mundo conhecido na época era muito diferente do que foi sendo conhecido com o desenrolar dos tempos.

A questão que é levantada por José Manuel Azevedo e Silva diz respeito a uma indefinição no texto do Tratado, pois nele consta que das ilhas de Cabo Verde é que seriam contadas as 370 léguas para que fosse traçada a linha divisória. Porém, não ficou especificado de qual das dez ilhas desse arquipélago é que devia ser feita a dita contagem e medida. Esta imprecisão de cerca de 50 léguas ocasionou também discussões muito intensas em relação ao Extremo Oriente, principalmente, às Molucas. Com o decorrer dos anos (principalmente após 1494), novas terras foram sendo descobertas e o Tratado, muitas vezes, foi evocado para se perceber a qual país ibérico a nova terra pertencia. Nesta verdadeira corrida pela posse das terras e a maleabilidade de 50 léguas, apontadas pelo autor dantes referido, serão um argumento forte, de um lado e de outro, quando das negociações e justificações das ações realizadas no processo de expansão de cada um dos monarcas da Península Ibérica.

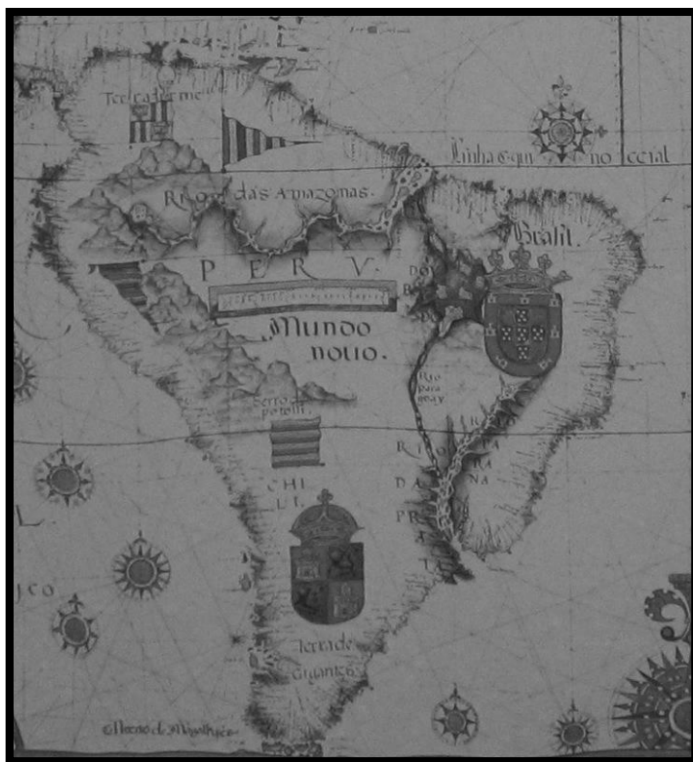
Durante este período a cartografia era responsável pela divulgação das ideias de posses do território. Assim veremos que as cartas portuguesas e espanholas irão retratar a posse da área sulina conforme a coroa desejasse evocando, para isso, o Tratado de Tordesilhas.



Bacia do Rio da Prata no Atlas de Fernão Vaz Dourado, 1571.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 17.

No mapa abaixo, observamos que mesmo no século XVII, em Portugal, retratava-se a América do Sul com as suas posses bem definidas que eram capazes, ainda, de colocar o Brasil como uma ilha. Ao olharmos detalhadamente vemos o rio Paraná e o rio Maranhão e um lago unindo-os.



Mapa da América do Sul de Luis de Teixeira de 1600

Fonte: *Portugaliæ Monumenta Cartographica*, Vol. III, Lisboa, Estampa, 1960, p. 364.

Como não poderia deixar de ser diferente a cartografia espanhola colocará em a região platina no seu hemisfério de posses como vemos o mapa abaixo.



Mapa de Cieza de Leon de 1554.

Fonte: VINDEL, Francisco *Mapas de America en los Libros Españoles de los Siglos XVI al XVIII*, Madrid, Gongora, 1965, p. 51.

Cabe fazer a ressalva que no mapa anterior, observamos que o rio Amazonas está diagonalmente retratado. Assim, não deixa dúvida que este importante curso d'água é de posse espanhola. No mapa abaixo para além do rio Amazonas, vemos que toda a bacia do Rio da Prata está nas possessões de Espanha.



Mapa atribuído a Herera, 1601 – 1615.

Fonte: VINDEL, Francisco *Mapas de America en los Libros Españoles de los Siglos XVI al XVIII*, Madrid, Gongora, 1965, p. 75.

Como se vê, a diplomacia ibérica se utilizava do documento cartográfico para colocar no imaginário das pessoas as suas posses. Uma vez que a tais cartas muitas vezes encomendadas pela coroa o cartógrafo, por sua vez, seguia as determinações políticas, ou seja, tal profissional esta a ser utilizado como ferramenta dos interesses das cabeças reinantes.

3.1. A “corrida” entre as metrópoles pelas posses na região no século XVI

O início das viagens destinadas à região, objeto deste estudo, passa por uma delicada discussão, principalmente quando se trata do primeiro contato europeu com ela. Como é conhecimento comum, Pedro Álvares Cabral encontra a costa brasileira provocando, com isso, interesse pelas terras do Novo Mundo por parte dos monarcas. Em relação ao estuário platino, existe a notícia que de uma expedição realizada por Fernão de Noronha ou Loronha.

Tal viagem iniciou do porto de Beseneghe, no Cabo Verde, em Junho de 1501 e chegou ao Rio da Prata em começo de março de 1502:

(...), o seu piloto era o florentino Amerigo Vespucci que seria assim o verdadeiro descobridor do famoso rio, e que o batizou com o nome de Cabo de Bom Desejo, hoje chamada Punta Del Este. No mesmo ano Vespucci teria baptizado o chamado Cerro e Montevideo com o nome de Monte Ovídio, ou deixado uma inscrição no cume dele: MONTEVIDI - 1501, que significaria, segundo investigações do ilustre investigador uruguaio Rolando Laguarda Trias: Monte Vespucci Inventi Di - 1501. (ASSUNÇÃO, 1987, p. 8)

A hipótese desta viagem ter sido realizada por Vespúcio é defendida pelo historiador argentino Roberto Levillier. A sua argumentação é baseada em fragmentos das cartas de 1502, além dos escritos conhecidos pelos nomes de “Lettera” e “Mundus Novus” e numa análise realizada sobre a cartografia dos finais do século XV e principalmente na do século posterior. Ao ver designado na cartografia o nome de Rio Jordão para o que viria a ser o Rio da Prata, conforme é indicado na investigação de Levillier, o historiador Luís Ferrand de Almeida contesta, alertando para o fato de que os mapas construídos no século XVI têm, com muita frequência, erros de latitudes e ainda que o “Rio Jordão aparecesse sempre, na cartografia primitiva, em 35°, isso não significa necessariamente que ele se identificava com o Prata. Acontece, porém, que o Jordão não está sempre à mesma latitude, o que enfraquece ainda mais o argumento de Levillier”. (ALMEIDA, 1955, p. 26). Acerca da cartografia, Luís Ferrand de Almeida argumenta que das

seis cartas atribuídas a Vespúcio cinco fazem referências à viagem de 1501-1502, mas só quatro nos

interessam, porque a de 4 de Junho de 1501 foi escrita à ida de Cabo Verde. Antes de mais deve notar-se que em nenhuma destas epístolas há a mínima alusão ao Rio da Prata ou qualquer rio, golfo ou canal com que ele se possa identificar. (ALMEIDA, 1987, p. 39)

Por isto é que, como salienta o historiador de Coimbra Luis Ferrnrad de Almeida se as cartas de Vespúcio são autênticas e o que lá escrito é verdadeiro, como afirma Levillier, fica a evidência que a expedição portuguesa de 1501-1502, não descobriu o Rio da Prata tampouco a Patagônia, pois não ultrapassou a latitude de 32º o que equivale ao atual estado do Rio Grande do Sul.

Entre os anos de 1511 e 1512 realizou-se mais uma expedição patrocinada pela coroa portuguesa composta por duas caravelas, capitaneadas, respectivamente, por João de Lisboa e Estêvão de Froes ou Frois e armadas por Dom Nuno Manuel e Cristóvão de Hare. A viagem teve início em Lisboa, onde partiu no ano 1511, para fazer descobrimentos na América do Sul, além do reconhecimento da terra, investigar a existência de metais preciosos e outros produtos de grande valor econômico para incrementar os negócios portugueses. Chegaram ao antigo Cabo de Santa Maria (atual Punta del Este) e que naquele momento lhe foi dado o nome de Cabo do Bom Desejo. O topônimo que marca a presença desta expedição na região é o da Isla de las Flores que teria, originalmente, sido chamada de Ilha de Froes que, por deturpação dos idiomas ibéricos, nos chegou na forma atual (ASSUNÇÃO, 1987, p. 8).

Seguiram depois até a altura de Punta Colonia (próximo de onde seria construída, em 1680, a Colônia do Santíssimo Sacramento), porém, um mau vento forçou-os a tomar o rumo da costa do Brasil. Cerca de 200 léguas após o Cabo do Bom Desejo, foi feita nova paragem num porto

chamado dos Patos. Ali tomaram conhecimento da existência de metais preciosos, sobretudo ouro e prata, que era um dos objetivos principais de tal viagem. Nesse ponto, dá-se a separação entre as duas caravelas. A caravela comandada por João de Lisboa seguiu viagem, enquanto a de Estêvão de Froes permaneceu para obter maiores informações sobre localização do ouro e da prata de que tiveram notícia. Antes de dar continuidade à viagem até à Europa, João de Lisboa fez uma parada na feitoria do Rio de Janeiro, onde fez um carregamento de pau-brasil e aproveitou as condições favoráveis de navegação para o retorno ao Velho Mundo. João de Lisboa conseguiu atracar seu navio no porto da capital portuguesa em novembro de 1512, porém, Estêvão de Froes não teve tanta sorte. Quando Froes partiu rumo a Portugal se deparou com ventos contrários próximo ao Cabo de Santo Agostinho fazendo com que sua caravela fosse atracar nas Antilhas. Como resultado foi preso e só foi libertado a pedido do rei Dom Manuel, em 1517.

Cabe salientar que ainda hoje paira uma confusão a cerca datas desta expedição e principalmente no que trata do seu pioneirismo (NEETZOW, 2013, p. 111). Não são raros os autores que colocam esta expedição com datas de 1511 e 1512, outros, porém, colocam a data de 1513-1514. Isto é devido pelos seguintes motivos: 1) aos relatos foram muito pouco divulgados na época e 2) a existência de um periódico chamado “Nova Gazeta das Terras do Brasil” (Newen Zeytung auss Presillg Landt). Cabe salientar que esta fonte histórica já foi muito discutida e, por vezes, desconsiderada por alguns autores, devido à sua forma imprecisa de tratar os dados. Para citarmos um exemplo, a gazeta faz menção, apenas, a D. Nuno Manuel, não revelando os nomes dos pilotos dos navios, as coordenadas geográficas por onde passaram e, principalmente, a data da

tal expedição portuguesa, composta por dois navios, em que um deles atracou na ilha da Madeira por falta de mantimentos, enquanto do outro não se teve mais notícias. Como explica Klaus Hilbert, este documento tem o seu valor enquanto divulgação das informações que constam em outros documentos, nomeadamente, as cartas de Vespúcio. Entretanto, acrescenta informações inéditas sobre, por exemplo, os cobertores em pele utilizados pelos índios platinos que seriam um importante produto de comércio a ser explorado pelos mercadores da Europa Central, visto que a língua original do documento é o alemão (HILBERT, 2000, p. 45).

As investidas europeias não terminaram por aí vão sucessivamente acontecendo. Cabe aqui salientar que mesmo em expedições espanholas encontraremos pilotos ou outros tripulantes que são portugueses. Evidentemente, acontece com expedições portuguesas em que aparecem estrangeiros enquanto pilotos ou outros cargos que exigem um maior conhecimento técnico em navegação. A exemplo disto observamos a expedição de 1515-1516 cujo piloto era Juan Diaz de Solis. As origens desta importante personagem na História do Prata ainda hoje é muito controversa. Tem-se a notícia de que seu nome verdadeiro era João Dias de Solis, ou seja, um português que teria ido para a Espanha a fim de fugir da acusação de assassinato de sua esposa (PEREIRA, 1823, p. 132). A sua fama de piloto experiente era conhecida em toda a Península Ibérica devido aos seus serviços exercidos na Casa da Índia, em Lisboa.

A expedição partira em setembro de 1515 descendo o rio Guadalquivir e fez parada no porto de Lepe. Aí, ocorreu o primeiro imprevisto da viagem, a caravela de 60 tonéis acabou por avariar e a sua carga foi perdida, atrasando a partida da missão, pois Solis teve de comprar e

carregar outro navio de iguais dimensões, contando para tal com o auxílio do rei. Por fim, em 8 de outubro de 1515, teve início a viagem de Solis, a mando do rei D. Fernando, em direção ao sul. O caminho percorrido foi sair da Península Ibérica passando pelas Ilhas Canárias e seguindo para a América do Sul. Em fevereiro de 1516, expedição acabou por adentrar ao que hoje sabemos ser o Rio da Prata. Na altura da confluência dos rios Paraná e Uruguai, Solis resolveu pegar em um bergantim e ir ter com os índios que olhavam atentos para os tão diferentes seres europeus. As intenções de Solis eram de tomar informações sobre a terra e tentar convencer algum nativo platino a ir à Espanha. Por mais singelas que fossem as aspirações de Solis para com os naturais, não conseguiu alcançar nenhuma delas. O que acabou por ocorrer foi um feroz ataque dos índios, dizimando todos os que estavam no bergantim. Em decorrência deste acontecimento, os aterrorizados europeus trataram de voltar para a Europa. Esta foi a passagem de Juan Diaz de Solis ou João Dias de Solis pelo Rio da Prata que, devido ao acontecimento acima relatado, teve na cartografia o seu sobrenome para designar o Rio da Prata.

No dia 20 de Janeiro de 1520, a frota de Fernão de Magalhães (piloto português a serviço da Castela) chega ao Rio da Prata para retomar a navegação somente no dia 2 de fevereiro. Repara-se que aqui se faz menção a viagem que tinha por objetivo encontrar um caminho que unisse os oceanos Atlântico e Pacífico. Tal questão será retomada mais ainda neste texto. Entretanto, nesta curta estadia no Prata, estes navios deixaram a sua marca, pois ergueram uma enorme cruz localizada na ponta de São Pedro de Alcântara, na atual Colônia do Sacramento, que serviu de referência, por largos anos, para todas as navegações que se realizaram no Prata (ASSUNÇÃO, 1987, p. 8).

No ano de 1521, Cristóvão Jaques chegou, também, ao Rio da Prata. Este navegador português teve sua passagem no Rio da Prata, pois estava fazendo a ronda e policiamento da costa brasileira, uma vez que, esta era constantemente assediada pelos franceses. A sua importância foi devido que o rei o nomeou governador das partes do Brasil, na data de 5 de junho de 1526, em substituição de Pedro Capico (DIAS, 1823, p. 290). Os anos de 1526 até 1529 são dos mais conturbados no que diz respeito às viagens de exploração do estuário platino devido ao surgimento do nome de Sebastião Caboto. Este veneziano criado na Inglaterra acumulava, por sua vez, os cargos de piloto-maior e cosmógrafo real de Espanha. Caboto tinha sob sua responsabilidade uma expedição, de caráter comercial, ao Extremo Oriente.

No ano de 1526, Caboto resolveu fazer parada em Pernambuco. Estando lá, entrou em contato com o feitor Manuel de Braga e o piloto Jorge Gomes, os quais, por sua vez, foram tripulantes nos navios comandados por Cristóvão Jaques, quando da sua ida ao Prata, em 1521. Caboto, tendo de aguardado até finais de setembro de 1526 por ventos favoráveis para dar entrada no Rio da Prata alcançando, deste modo, em Fevereiro de 1527 o estuário platino. Devido à viagem de Caboto, tivemos assim nomeada de Ilhas de Rodrigo Álvares as atuais Ilhas das Torres. A expedição de Caboto fundou um forte em uma ilha próxima da margem esquerda do rio Paraná. Foi batizado de Forte Sancti Spiritus, mas também é conhecido como Forte Caboto, sendo este o primeiro assento espanhol neste rio de que se tem notícia (NEETZOW, 2013, p. 124).

Contemporaneamente à expedição de Sebastião Caboto, a coroa espanhola firmou, em 10 de Fevereiro de 1526, um contrato para mais uma viagem ao Rio da Prata, com os armadores Conde de Andrada e Cristóvão de Haro,

tendo como piloto Diogo Garcia. Esta missão, em comparação com as outras, era logisticamente muito simples, pois era composta apenas de uma caravela de 50 a 100 tonéis, um patacho de 25 a 30 tonéis e um bergantim. Segundo historiador paraguaio Efraim Cardoso, a expedição terá partido de La Coruña, no dia 15 de fevereiro de 1526 (CARDOZO, 1996, p. 37). Entretanto, Rolando A. Laguarda Trías adverte que em um memorial escrito em 1530 pelo mencionado piloto, onde são indicadas as datas de 1526 e 1527, estas devem ser entendidas como acontecimentos decorridos nos anos de 1527 e 1528. Com efeito, a expedição de Garcia decorreu em simultaneidade com a de Sebastião Caboto, pois as duas encontraram-se em 1527 na região platina.

Garcia, ao chegar no continente sul-americano atracou no porto brasileiro de São Vicente. Onde fez contato com outros marinheiros de armadas anteriores que estiveram na região platina. Nesta ocasião teve a oportunidade de receber das mãos de Gonzalo de Acosta um bergantim que lhe foi muito útil para a investida no Rio da Prata. Com o bergantim, recentemente adquirido, Garcia penetrou no Rio da Prata e seguiu viagem até o rio Paraná. Estando lá, encontrou-se, no dia 7 de março de 1528, com Caboto. Este encontro, a princípio, não teve resultados amistosos, devido às acusações que Garcia levantou a Caboto, dizendo-lhe que estava intrometendo-se em uma conquista oficial do rei de Espanha. Todavia, a hierarquia teve que ser respeitada, visto que Sebastião Caboto era piloto-maior e cosmógrafo real, enquanto Diogo Garcia era o responsável por uma conquista e não detinha nenhum cargo de destacada relevância perante a corte foi obrigado a acatar as ordens daquele (CARDOZO, 1996, p. 37).

A década de 1530 novas investidas são realizadas e, como veremos mais adiante, outros objetivos são traçados.

No dia 3 de dezembro de 1530 Martim Afonso de Sousa sai de Lisboa passando pela Ilha da Madeira, pelas Canárias e por Cabo Verde, por fim, no dia 31 de janeiro de 1531 chega ao Brasil. Assim, a expedição foi dividida em duas partes, uma com destino a região amazônica e a outra para a região do Prata. O grupo sulista da expedição esteve atracado no Rio de Janeiro, cerca de dois meses onde tiveram a oportunidade de construir dois bergantins para a navegação no Prata. Após terminarem a construção das embarcações velejaram até o destino já referido. Contudo, houveram contratemplos que não cabe neste momento pormenorizar. No dia 23 de novembro de 1531 foi avistado um monte que, atualmente é a colina de Montevideo, mas que, naquela época foi batizado por Pero Lopes de Sousa de monte de Sam Pedro (MOTA, 1968, p. 75). No dia 7 de dezembro, a expedição chegou ao delta do rio Paraná que é a bifurcação natural existente entre este e o rio Uruguai. Ao tentar manter o curso da viagem, acabou por seguir pelo rio Uruguai e, no dia seguinte, portanto, no dia 8 de dezembro, resolvem retornar para poderem ir ao encontro do delta do rio Paraná, uma vez que, pelo rio Uruguai, isto não seria possível.

Nesta expedição Pero Lopes de Sousa (que estava no comando) ergueu os padrões de Portugal e tomou posse das terras em nome do rei D. João III, em 12 de dezembro de 1531. Como refere, “Quinta-feira, 12 de Dezembro, à boca deste estero dos Carandis pus dous padrões das armas d’el-rei nosso senhor e tomei posse da terra” (MOTA, 1968, p. 86).

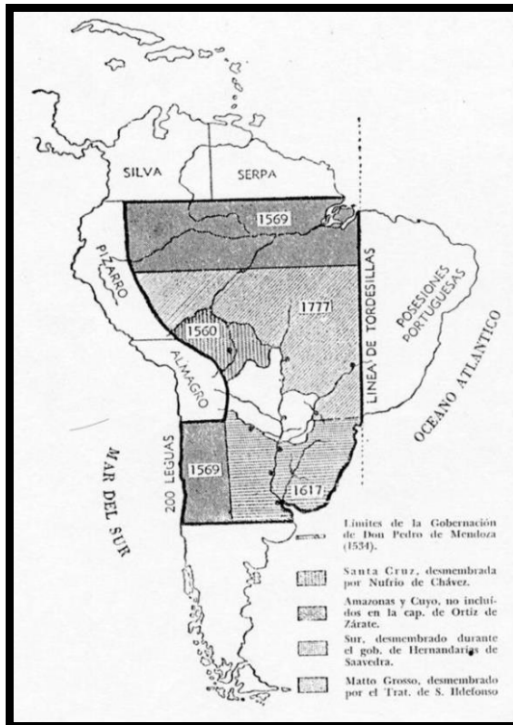
Evidentemente que a Espanha irá entrar em forte disputa pelo território, dando, em suas capitulações, ordens para que fossem asseguradas terras na América do Sul. A este respeito, observamos a expedição de Dom Pedro de

Mendoza. No documento escrito em Toledo e datado do dia 24 de maio de 1534, diz que o nobre em questão, da

“Corona Real de Castilla, os ofereçais de yr a conquistar y poblar las tierras [grifo meu] y províncias que a en el rrio de Solís, que llaman de la Plata, donde estuvo Sebastián Caboto, y por alli calar y pasar la tierra hasta llegar a la mar del Sur, y de llevar destos Nuestros Reynos a vuestra costa y minsión mill honbres, los quinientos en el primer viaje em que bos abeis de yr con el mantenimiento neçesario para un año y çient cavallos y eguas, y dentro de dos años siguientes los otros quinientos honbres con el mismo bastimento y con las armas y artillería neçesaria.” (VASMINGO, 1983, p. 290).

Como pode ver-se a partir do trecho aqui citado, trata-se de uma investida bastante distinta das anteriores, uma vez que, já está prevista a instalação de um número considerável de pessoas, fazendo com que todo um aparato para a ocupação territorial fosse deslocado da Península Ibérica para a região platina. No mapa a seguir temos a vasta área que foi dada em capitulação para Mendoza realizar as atividades da empresa colonial espanhola.

Evidentemente, que as disputas coloniais na América do Sul tiveram o seu encerramento com as presença espanhola no Prata na década de 1530. Entretanto, cabe fazer a ressalva que a partir da expedição de Mendoza importantes cidades foram fundadas, nomeadamente, Buenos Aires e Assunción. Com a consolidação das referidas áreas urbanas as disputas tomam novos rumos e colocam, cada vez mais, frente a frente às metrópoles ibéricas, todavia, na região austral do Novo Mundo.



Mapa do que seria a Província do Rio da Prata sob a governância de D. Pedro de Mendoza.

Fonte: SANCHEZ QUELL, H. *Estructura y Funcion del Paraguay Colonial*, Buenos Aires, Editorial Tupã, 1947, p. 12.

3.2. A fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento e suas implicações

No ano de 1678, a coroa portuguesa decidiu investir na construção de uma colônia junto ao Rio da Prata. Dom Manuel Lopo, então governador do Rio de Janeiro, foi o escolhido pelo rei português para a por fim a empreitada.

A iniciativa lusitana visava à ocupação do sul do Brasil tendo como marco divisor entre as posses das metrópoles o Rio da Prata. Para tanto, deveria ser construídas duas fortalezas, uma na ilha de São Gabriel e outra em terra firme. “Renunciando ao estabelecimento militar no arquipélago de S. Gabriel, D. Manuel Lopo preferiu concentrar as suas forças na pequena península quase em frente e erguer aí uma povoação fortificada” (ALMEIDA, 1973, p. 52). Assim, 1º de janeiro de 1680, deu-se o início ao empreendimento. Como a expedição tinha, também, caráter militar os expedicionários contavam com cerca de 300 homens entre oficiais e praças. No que diz respeito aos civis, contavam-se com 76 indígenas, 51 escravos de origem africana, 4 padres, 3 mulheres brancas, 1 médico e 1 almoxarife.

No início, as construções eram bastante simples, pois tratava-se de tendas de campanha com armações em madeira e as paredes revestidas de caules de bambu e cobertas por folhagens. As condições favoráveis para a produção de tijolo e telhas de barro foram rapidamente aproveitadas, além do que, desde o início da ocupação, viu-se a abundância de pedras e árvores. Rapidamente as habitações começaram a ser feitas de taipa e pedra e cabanas de pau a pique. Para a fortificação da colônia o capitão-engenheiro Antônio Correia Pinto, orientou que fosse erguido um pano de muralha de “terra batida” formando, desta forma, um quadrado com os baluartes nos ângulos. A povoação já contava com 38 habitações em poucos meses transcorridos da data de sua fundação dentre as quais, a casa do governador, um armazém, duas igrejas, a casa dos padres (jesuítas em sua maioria), além de quartéis e depósitos militares.

Apesar do aparente sucesso o pano de muralha estava muito vulnerável. O governador de Buenos Aires

ordenou que a Colônia fosse atacada e assim na noite de 6 para 7 de agosto de 1680 tomou-a de assalto facilmente. Evidentemente que os portugueses não permitiram que esta situação permanecesse assim. Por isso, em 7 de maio de 1681, foi lavrado e assinado o Tratado Provisional, pelo qual a colônia retornava à posse lusa. Este tratado baseava-se, sobretudo, na história da colonização e o argumento principal consistia em respeitar a linha do Tratado de Tordesilhas. Segundo ali afirmado,

“en el año de 1500 tubo principio el grande e Importante descubrimiento de la America, por Pedro Alvarez Cabral, en el segundo felizissimo de Senhor Rey Don Manuel que comenzando en el puerto de Santa Cruz, tomo possession por la Corona de Portugal, y luego por aquel acto adquirio Dominio en todas aquellas provincias que tenian natural separazion con los dos primeros rios del mundo Marañon y de la plata”(RELA, 2002, p. 158).

pelo que as coroas do presente (1681) deviam honrar o que foi estabelecido no ano de 1494, em Tordesilhas, além das leis de comércio vigentes na época.

Entretanto, a Colônia do Sacramento foi, durante muito tempo, considerada uma afronta pelos espanhóis, uma vez que estava, segundo eles, fora do hemisfério português nas possessões da América do Sul. Neste contexto, os espanhóis atacaram novamente a Colônia do Sacramento por mais três vezes durante o século XVIII. Já no ano de 1701 há um novo ataque no qual é lavrado um Tratado de Mútua Aliança cujos termos do artigo 14 estabelece:

E para se conservar a firma e alliança que se procura conseguir com este tratado, e se tirarem todos os motivos que podem ser contrarios a este effeito; Sua

Magestade Catholica cede e renuncia a qualquer direito que possa ter nas terras, sobre o que se fez o Tratado provisional entre ambas as Coroas, em os setes dias do mez de Mayo do anno de mil seiscentos oitenta e hum, e em que se acha situada a Colonia do Sacramento: o qual tratado ficará se effeito, e o domínio da dita Colonia e uso da campanha na Coroa de Portugal, como ao presente o tem. (CASTRO, 1856, p. 120).

Como se vê, a Espanha estava a abrir mão da posse da Colônia do Sacramento em favor de Portugal evocando o Tratado de Badajoz, fazendo com que, os ânimos se acalmassem na região platina por um determinado período. Todavia, poucos anos mais tarde, portanto em 1704 há um novo ataque espanhol sobre a Colônia do Sacramento. Desta vez, o ataque foi bastante significativo, pois deixou a Colônia arrasada marcando de forma bastante contundente a presença do invasor espanhol na posse portuguesa. Como consequência direta há, novamente, negociações entre as duas coroas e no ano de 1715 é firmado o Tratado de Utrecht onde fica estabelecido, novamente, que a posse da Colônia do Sacramento era portuguesa.

4. Os de 1730 e a cidade de Rio Grande no contexto colonial

Nos anos de 1730, a Espanha exerce forte pressão sobre a região platina. Como não poderia deixar de ser diferente Portugal ira criar maneiras de defender os seus territórios na região austral americana, sobretudo a Colônia do Sacramento. Por isso, em 1737, os portugueses movimentaram as suas tropas com o objetivo ocupar o canal do Rio Grande e reforçar o cerco à Colônia do Sacramento. Tal incumbência foi dada ao então governador

do Rio de Janeiro José da Silva Paes que, naquele mesmo ano, estabeleceu um presídio na localidade que compreende a atual cidade de Rio Grande (QUEIROZ, 1987, p. 37). Cabe fazer essas ressalvas através dos seguintes questionamentos. Por que construir um presídio? Como resposta, temos que Presídio, naquela época, eram pessoas que faziam a guarnição do forte. Presídio é quase sinônimo de povoação, no falar português do século XVIII. (FLORES, 1996, p. 420).

Em 1751 vamos ter a elevação do presídio, ou povoação, a vila. Rio Grande cresce em importância como vila portuguesa localizada em regiões sulinas que estão em constantes disputas entre as metrópoles ibéricas. Em um contexto mais macro, observamos que a então vila de Rio Grande foi assim designada um ano após ser firmado o Tratado de Madrid. Como é sabido, o referido acordo retoma as discussões das posses ibéricas na região sul da América. Assim, ficou estabelecido que 7 das 30 reduções jesuíticas da área platina ficam sob responsabilidade dos portugueses que, em contrapartida, Portugal entrega a Colônia do Sacramento.

A situação antes descrita irá modificar-se, em 1761, com a assinatura do Tratado de El Pardo onde, mais uma vez, a Colônia do Sacramento volta a ser de Portugal e os sete povos das missões voltam a se unir aos 30 povos das missões enquanto posses de Espanha. Em 1762 a Colônia do Sacramento é atacada, novamente, pelos espanhóis. Tal acontecimento refletiu diretamente em Rio Grande, uma vez que, os espanhóis invadem a cidade. Somente em 1777 é que a diplomacia buscará resolver as contendas sulinas através da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Este por sua, define que sete povos das Missões tornam-se posses portuguesas e a Colônia do Sacramento espanhola.

5. Considerações Finais

Ao nos determos a tudo que foi aqui exposto é possível chegarmos á conclusões que são relevantes em diferentes níveis de análise. Explico. No presente texto, foram tratados temas que contextualizaram as ações europeias na região sul em momentos organizacionais distintos, ou seja, no imaginado e no realizado. Outrossim, as decisões tomadas e nível macro terão relações diretas com as ações tomadas em nível micro. Para a retomada de ideias temos a questão do pioneirismo na “corrida” entre as metrópoles para a posse das terras e águas sulinas. Com a intenção de dar por encerrada esta discussão, surge o argumento de que o rei D. João III, para justificar a posse e a presença lusitana na região platina, invoca a expedição realizada por João de Lisboa e Estevão de Froes nos anos de 1513-1514, deixando de lado qualquer outra data mais antiga, o “descobrimento do Prata em 1502 pela simples razão de que ele não existiu” (ALMEIDA, 1955, p. 46).

A outra questão que se fez presente é em relação ao ato de descobrir. O que significava descobrir entre os séculos XVI e XVIII é fruto do imaginário europeu da época. Por isto, tem de se ter em conta que a palavra “descobrir” ou “descobrimento” tem, também, a sua história nos documentos de finais do século XV e no século XVI. Como esclarece Jaime Cortesão a palavra descobrir, escrita na primeira metade do século XV, não estava relacionada ao cunho geográfico, mas sim, às mercadorias de valor comercial, o ouro e a prata. A palavra “achamento”, ou simplesmente “achar”, estava, esta sim, relacionada com os novos contatos geográficos, porém, a partir da viagem de Vasco da Gama é que estes conceitos se ampliam e se fundem, facilitando a compreensão. Com a

dita viagem, tem-se além do achamento de terras, de rotas e o descobrimento de mercadorias, a palavra para definir isto com maior rigor, é descobrimento que estará presente com maior frequência na documentação portuguesa dos anos seguintes. No dizer de Jaime Cortesão, de tudo isto

devemos concluir que o descobrimento, na plenitude do sentido, não se limita ao achamento duma terra nova ou dum novo caminho marítimo, conservado em segredo, mas à sua revelação, como facto científico, definido no carácter geográfico, económico e etnográfico e incorporado pela cartografia ao conhecimento da estrutura geral do planeta” (CORTESÃO, s/d, p. 15).

Por seu lado, o historiador uruguaio Rolando Laguarda Trias, argumenta a existência de uma pré-descobrimento, ou seja, caso não cumprisse com os requisitos ora descritos pode-se assim classificar o ato (TRIAS, 1973, p. 165). Ainda a este respeito sobre as posses coloniais, um dos documentos mais evocados para a argumentação foi o Tratado de Tordesilhas. Evidentemente, que as argumentações e negociações geraram outros documentos, como por exemplo, a cartografia. Nisto, observamos nas cartas confeccionadas em Portugal que “do Atlântico e das Américas, umas assinalaram o meridiano divisório, outras não, mas umas e outras mostram que o estuário do Prata é todo ou quase todo pertença de Portugal” (SILVA, 1999, p. 333). Como não poderia deixar de ser diferente os espanhóis, por sua vez, retratavam a área platina em sua cartografia colocando-a no seu hemisfério de posses usando, para isso, a mesma linha imaginária definida no acordo de 1494. Assim, podemos concluir que como bem faz o autor supracitado, que a cartografia também estava a serviço das ações políticas.

Por fim, observamos que as disputas coloniais na região do Rio da Prata, foram responsáveis pelas ações que deram origem a cidade de Rio Grande. Entretanto, cabe aqui salientar, que os objetivos deste texto foram analisar as ações coloniais no Prata com o intuito de demonstrar as diferentes intenções coloniais pois, como vimos, passam por três etapas, são elas: 1) Reconhecimento da área e a busca pela ligação entres os oceanos Atlântico e Pacífico; 2) A busca pelo metal precioso e a ocupação do território e 3) A inserção da cidade de Rio Grande nas disputas coloniais. Assim, tendo como exemplo as análises aqui feitas observamos que as ações das metrópoles no que diz respeito à ocupação de território é que foram responsáveis pelo estabelecimento do presídio na cidade de Rio Grande cuja data é 1737.

Rio Grande: da fundação à reconquista luso-brasileira

Luiz Henrique Torres*

Para a compreensão do povoamento ibérico de orientação lusitana no Rio Grande do Sul e na atual cidade do Rio Grande é necessário recuar ao século XVIII e focalizar o surgimento de uma Colônia portuguesa junto ao Rio da Prata.

Entre 1680 e 1777, Portugal e Espanha mantiveram períodos de conflito diplomático e por vezes militar na tentativa de garantir para os seus domínios uma grande fortificação militar e colonizatória situada na margem esquerda do Rio da Prata: a Colônia do Sacramento. Esta experiência histórica constitui um capítulo fundamental do surgimento do Rio Grande do Sul português e de uma série de episódios deflagrados a partir do confronto entre portugueses, espanhóis, colonos, índios missioneiros e charruas, no espaço ocupado pela Colônia. Colônia do Sacramento também era um centro pioneiro de distribuição de escravos assinalando a presença negra no ponto extremo da almejada presença lusitana junto ao Rio da Prata. Já na

* Professor Titular da FURG, Doutor em História pela PUCRS e realizou Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História/UNISINOS (2016). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou 65 livros.

expedição de fundação da Colônia em 1680 estavam presentes 60 negros sendo 48 escravos do fundador D. Manuel Lobo. O passo inicial para este avanço português no Prata está voltada a estratégia em criar a extensão do Bispado do Rio de Janeiro até as margens do Rio da Prata, em 1776, numa primeira legitimação da posse em perspectiva espiritual e num segundo momento na perspectiva econômica e militar (1680).

O povoamento na atual cidade do Rio Grande emergiu neste contexto platino de belicosidades que definiram as motivações para o estabelecimento de padrões de sobrevivência e civilidade. Foi durante a terceira campanha do cerco espanhol à Sacramento (1735-1737) que o Conselho Ultramarino Português autorizou o brigadeiro José da Silva Paes a construir fortificações, na já identificada Barra do Rio Grande de São Pedro, com o objetivo de garantir um espaço para apoio militar à Colônia do Sacramento e também para o deslocamento de colonos que desejassem fugir ao cerco.

Entre Rio Grande e Sacramento são aproximadamente 700 quilômetros, e com as grandes dificuldades em manter a posição, a Vila do Rio Grande de São Pedro (assim denominada desde 1751) assumiu, paulatinamente, o papel de estabelecer o controle português no extremo sul do Brasil. Esta importância estratégica levou a confrontos luso-espanhol intensificados entre 1763-1777.

Apesar do reconhecimento da região e das incursões de navegadores, militares e tropeiros, uma ocupação temporária da Barra que liga a Laguna dos Patos com o Oceano Atlântico somente foi realizada, através da ação de particulares, com a frota de João de Magalhães em 1725 na margem norte do canal. A ocupação e povoamento a partir de diretrizes do

Conselho Ultramarino e da Coroa Portuguesa, com recursos financeiros estatais, presença militar e contextualizado no conflito bélico luso-espanhol pelo controle da Colônia do Sacramento do Rio da Prata, foi à fundação de Rio Grande, em 1737, na margem sul da Barra.

A presença de lagunenses e escravos negros junto a Barra do Rio Grande de São Pedro remontam a vinda, até as proximidades da atual cidade de São José do Norte, desta Frota de João de Magalhães que perdurou entre 1725 e 1733, com a função estratégica de controle do fluxo de gado da Vacaria do Mar visando à dinamização da economia brasileira nos quadros do sistema colonial. A iniciativa da *Frota* partiu do governador de São Paulo, D. Rodrigo César de Menezes, que ordenou ao capitão-mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, que se deslocasse à Barra do Rio Grande para fundar uma povoação. Posicionando-se na margem norte do Rio Grande de São Pedro lá permaneceram “impedindo o passo aos castelhanos e Tapes, a que se não introduzissem nas campanhas do Rio Grande, sendo a maior parte deste corpo, homens pardos escravos do dito povoador” (INVENTÁRIOS: 318). O povoamento da planície costeira na Restinga de São José do Norte processou-se neste quadro de expansão lagunense voltada ao controle do fluxo do gado da Vacaria do Mar. Até julho de 1734, já estavam estabelecidas 27 fazendas ou invernadas nesta área (para o descanso do gado a ser transportado para São Paulo), demonstrando o interesse luso-brasileiro nesta atividade econômica e a necessidade em avançar para o Sul do Brasil.

Razões militares para ocupação da barra do Rio Grande

Argumentações favoráveis a ocupação da Barra do Rio Grande de São Pedro foram formuladas pelo Sargento-Mór (depois Brigadeiro) José da Silva Paes ao Conselho Ultramarino Português em 1735 frente à tensa situação de cerco espanhol à Colônia do Sacramento do Rio da Prata. Em parecer de 2 de janeiro de 1736, o Conselho seguiu as orientações de Silva Paes e projetou a edificação da fortificação e povoação da margem sul da Barra viabilizados através de investimentos da Fazenda Real. Com a conjuntura internacional favorável ao empreendimento, a Coroa Espanhola buscou defender as posições junto a Buenos Aires, Montevideú e Sacramento contra um avanço lusitano no Prata. A Espanha não tinha condições de promover um rápido contra-ataque frente à ocupação militar, o que garantiu aos portugueses a fortificação do Rio Grande e sua extensão até o Chuí.

Para a ocupação e fortificação da Barra do Rio Grande Silva Paes dispendeu todos os esforços no êxito desta empresa, afinal, através da Comandância Militar do Rio Grande, ficava garantida a posse de todo o território, que se estendia até Laguna (Santa Catarina), barrados os espanhóis em suas pretensões de ocupar este ponto estratégico, ficando sob controle o acesso à imensa rede hidrográfica que penetrava para o interior a partir da Laguna dos Patos. Para o sul, era possível socorrer a Colônia do Sacramento em tempo de guerra e, em tempo de paz, incrementava-se aquela povoação e os negócios ali realizados. O novo estabelecimento permitia, dessa forma, disputar a posse dos imensos rebanhos platinos e, ainda, a participação direta no comércio de cavalos e mulas,

garantindo o abastecimento dos centros consumidores do país.

Silva Paes orientou um esquema defensivo da região ocupada, estendendo-se para o sul onde construiu o Forte de São Miguel, além de guardas (Chuí, Taim, Albardão e Passo da Mangueira), do Forte Jesus-Maria-José (cuja imagem sempre carregou consigo até a morte) e da Fortificação de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. A efetiva resposta a esta ocupação, foi dada pelos espanhóis em 1763, quando a conjuntura foi propícia a uma investida do Governador de Buenos Aires D. Pedro Cevallos, acarretando na retirada lusitana das posições ocupadas na margem sul da Barra.

Os agentes históricos espanhóis, portugueses, indígenas, negros e miscigenados, envolveram-se numa trama de fronteiras e conflitos militares que se prolongou até o século XIX. Uma dinâmica cultural estabelecida em 1680 com a fundação da Colônia do Sacramento do Rio da Prata pelos lusitanos e que teve continuidade com o surgimento de Montevideu, Rio Grande, San Carlos (Uruguai) e tantas outras localidades que ao longo dos séculos XVIII e XIX definiram a fisionomia da região, consolidando as motivações históricas para o surgimento e colonização dinamizados pelos confrontos das duas potências ibéricas. A ausência de infra-estrutura, a rusticidade da sociedade em formação, as intempéries da natureza e a possibilidade de atividades bélicas com os vizinhos do Prata não era, na primeira metade do século XVIII, motivação para um povoamento espontâneo para Rio Grande, muito pelo contrário. A intervenção do poder público português, através de políticas de atração de colonos, como os açorianos, (TORRES, 2004) foi fundamental para a consolidação de um núcleo urbano em crescimento.

Rio Grande apresentou uma multiplicidade de experiências históricas desde o início de seu povoamento. Enquanto primeiro núcleo sistemático de colonização luso-brasileira no atual Rio Grande do Sul, a localidade acumulou ao longo dos períodos colonial e imperial, historicidades inovadoras que a destacam no contexto regional e nacional. Além do papel militar e geopolítico frente ao Rio da Prata e de porta de entrada colonizatória e econômica para o Continente do Rio Grande, a função administrativa foi de extrema relevância para o projeto de Portugal em implantar a civilização no Brasil Meridional.

No Brasil a administração pública atravessou períodos de maior ou menor autonomia desde a sua organização no século XVI. Em nível rio-grandense, a Vila do Rio Grande de São Pedro sediou a primeira câmara municipal de vereadores instalada a 16 de dezembro de 1751.

Contextualizando, o nascimento da organização político-administrativa brasileira deu-se nos quadros do sistema colonial. O surgimento da vida pública fundou-se numa tentativa de transplantação do modelo português de administração pública e de readaptações locais no sentido de uma maior autonomia, o que promoveu conflitos com a política colonialista lusitana. A administração portuguesa e as adaptações locais consistem numa experiência histórica de extrema riqueza, pois nestes limites e contradições é que se desenvolveu a vida pública e se fixou as fronteiras da construção da cidadania brasileira e também rio-grandina.

A administração colonial implementada por Portugal no Brasil apresentou uma natureza complexa. Para valorização das terras e inserção nos quadros do comércio ultramarino e europeu, a metrópole realizou investimentos voltados ao deslocamento dos colonos, montagem das unidades de produção colonial, da defesa

da terra e da organização de um aparelho administrativo e militar. Portugal buscou adaptar às instituições metropolitanas à realidade colonial, cuja fundamentação político-administrativa fundava-se no regime absolutista, onde o rei, de forma soberana, exercia o poder do Estado.

Em nível do Rio Grande do Sul, a formação histórica está ligada a duas frentes de expansão civilizatória: a luso-brasileira e a espanhola-missioneira. Enquanto região tardiamente ocupada, o Rio Grande do Sul teve o seu desenvolvimento

“condicionado pelas lutas entre Portugal e Espanha, ambas as nações desejosas de estabelecer o domínio sobre o Rio da Prata. O constante estado de beligerância, a militarização, resultante das disputas pela delimitação das fronteiras, marcaram o Rio Grande do Sul social e politicamente” (PICCOLO, 1979: 93).

A criação de gado constituiu na primeira atividade econômica da região. As peculiaridades das lutas de fronteiras, a doação de terras a quem pudesse defendê-las foram responsáveis pela militarização e pela formação de uma elite proprietária de grandes extensões de terra onde era praticada a pecuária extensiva. Esta elite desenvolveu características patriarco-patrimonialistas. Graças ao importante papel que desempenhou para a formação do Estado Português, gozou sempre de uma autonomia bastante grande, na medida da falta de recursos para atuação do Estado numa área economicamente secundária.

A ocupação oficial da Barra do Rio Grande deu-se nos quadros da geopolítica platina e do enfrentamento luso-espanhol junto a Colônia do Sacramento. A formação militar, através da Comandância Militar, encontrou na criação da Vila e respectiva Câmara um espaço para o

exercício do poder civil circundado pela constante presença militar.

“A vila do Rio Grande foi criada pela Provisão de 17 de julho de 1747 passada pelo Governador e Capitão-general do Rio de Janeiro e Vice-Rei, Gomes Freire de Andrade. Nessa provisão, ordenava ao Ouvidor da Comarca de Paranaguá que tomasse as providências necessárias para a criação da Vila e a eleição da primeira Câmara no Presídio do Rio Grande de São Pedro” (MIRANDA, 2000: 47).

Com a Provisão de criação da Vila do Rio Grande de São Pedro foi eleita a primeira composição da Câmara. A invasão espanhola à Vila do Rio Grande fez com que esta perdesse devido aos treze anos de ocupação pelos espanhóis, a condição de capital administrativa. Portanto, entre 1751 e 1811, existiu apenas uma Câmara, a da Vila do Rio Grande, com jurisdição sobre todo o território da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Com a invasão espanhola em 1763, a Câmara foi instalada em Viamão em 1766 e, posteriormente, transferida para Vila de Porto Alegre.

A vida político-administrativa e judiciária nos quadros da administração pública ligada ao colonialismo português no atual Rio Grande do Sul, remonta às primeiras experiências com a criação da Vila e Câmara do Rio Grande. Em meio a tantas dificuldades de ordem financeira e material; da constante apreensão com as pulsações no universo platino que envolveu a atuação de *paisanos* e militares nos séculos XVIII e grande parte do século XIX; dos movimentos geopolíticos das frentes de expansão luso-brasileira e espanhola-missioneira-platina; no complexo contexto pela hegemonia européia, edificaram-se formas de organização pautadas em tentativas de transplantação de modelos civilizatórios

ibéricos e adaptações surgidas no convívio do cotidiano platino.

O período crucial para a definição do controle territorial do extremo sul do Brasil está ligado a estes primeiros anos de embates entre luso-brasileiros e hispano-americanos pelo controle da Barra do Rio Grande.

Ocupação e retomada da Vila do Rio Grande (1763-1776)

Rio Grande nasceu enquanto uma posição militarizada a fim de garantir apoio a Colônia do Sacramento. A presença militar também buscava defender as atividades econômicas dos moradores que estavam localizados em seus limites urbanos e rurais, promovendo desta forma o povoamento e a incorporação da localidade ao sistema colonial português. Os primeiros quarenta anos da ocupação foram marcados pela tensão em buscar a constituição da civilização numa área de litígio, onde as fronteiras estão sendo demarcadas através do avanço do tropeio, da expansão das estâncias e da intervenção militar. O período de 1763 a 1777 foi decisivo para os rumos históricos do Rio Grande do Sul. As conjunturas do enfrentamento luso-espanhol tornaram-se cada vez mais acirradas na busca do controle de territórios entre as duas potências colonialistas. Rio Grande teve um papel essencial na definição da geopolítica da formação rio-grandense.

Frente às preocupações da perda da Colônia do Sacramento e de um avanço espanhol até a Vila do Rio Grande ou Rio Pardo, os portugueses edificaram, a cerca de 32 km da atual linha de fronteira com o Uruguai, a Fortaleza de Santa Teresa, na região então chamada de Castilhos. Os anseios do governador de Buenos Aires D. Pedro Cevallos era o de controlar o Rio Grande do Sul e

avançar até Santa Catarina. Para isto autorizou o cerco e o bombardeio da Colônia do Sacramento durante um mês até obter, em outubro de 1762, a rendição dos sitiados.

Em abril de 1763 as tropas espanholas marcham sobre o forte de Santa Teresa que capitula em meio a deserções generalizadas. São Miguel também se rende. Com a porta aberta para a Vila do Rio Grande, os soldados que desesperadamente fugiam a aproximação castelhana invadiram a Vila do Rio Grande de São Pedro e promoveram o caos entre os moradores e a pilhagem do comércio. O Governador do Rio Grande Elói Madureira que administrava as possessões portuguesas a partir desta localidade, não divulgou o plano de defesa e fuga dos moradores, deixando a população à mercê de uma desesperada travessia da Barra do Rio Grande. A barbárie e a violência tomaram conta da Vila, com saques, estupros, invasão e roubo de peças da igreja matriz de São Pedro. Conforme Guilhermino Cesar “os armazéns reais foram assaltados, a igreja despida de seus paramentos e objetos sagrados, enquanto a soldadesca embriagada só pensava em fugir, nas poucas canoas existentes, para se porem a salvo nas barrancas de São José do Norte” (CESAR, 1980: 50). Aqueles que escaparam para o norte seguiram em direção a Aldeia do Estreito que na época era um aldeamento indígena e virou a localidade lusitana com maior população do Rio Grande do Sul, pois muitos retirantes aí se estabeleceram. Os demais rumaram para Viamão (como é o caso dos vereadores que para aí transferiram a Câmara), Porto Alegre e localidades que poderiam receber os retirantes. Os espanhóis passam a controlar militarmente a Vila do Rio Grande durante treze anos, expulsam a população civil do centro urbano e cruzam o canal controlando a margem norte da Barra, atual sede de São José do Norte. Os portugueses em agosto de

1764 terminam a construção do Forte São Caetano das Barrancas do Estreito, demonstrando disposição de não aceitar o controle espanhol e localizar em São José do Norte a resistência e o contra-ataque. Outra estratégia lusitana era o incentivo às guerrilhas (Cavalaria Ligeira). Destacaram-se nesta estratégia Francisco Pinto Bandeira e seu filho, que chegou a governador, Rafael Pinto Bandeira.

Em 1766, São José do Norte é retomada pelos portugueses e ocorre uma tentativa de lançar forças de assalto na margem sul o que fracassou devido aos fortes ventos e a intensa cerração. O impasse permanecerá por longo período, mas os luso-brasileiros agora tinham uma saída para o mar e irão construir fortificações. A situação se agrava quando em novembro de 1773, o Governador de Buenos Aires, General Vertyz y Salcedo, com grande efetivo terrestre, invadiu o Rio Grande do Sul pela Campanha fundando o Forte de Santa Tecla (em Bagé) e São Martinho (no caminho para as Missões). O objetivo era conquistar Rio Pardo, Taquari, Porto Alegre e Viamão, além de aniquilar as guerrilhas sediadas em Encruzilhada e Canguçu, isolando desta forma as forças portuguesas em São José do Norte. Porém, a resistência encontrada, as derrotas frente às guerrilhas e a atuação militar de Rio Pardo, abalou o ânimo de Vertyz y Salcedo que esperava uma fulminante e rápida vitória. Frente à determinação espanhola de atacar o sul do Brasil, o Marquês de Pombal, Ministro do Rei D. José I, decidiu concentrar na região um grande efetivo militar, chamado de Exército do Sul, sob o comando do Tenente-General João Henrique Böhm. Mais de quatro mil homens distribuíram-se entre São José do Norte (3.365), Rio Pardo (710) e Porto Alegre (27). O objetivo era o controle do Forte de São Martinho (conquistado em outubro de 1775), Forte de Santa Tecla (destruído após o cerco de 26 dias que teve início em 26 de

março de 1776) e a retomada da Vila do Rio Grande, que impedia o acesso luso ao litoral sul e a campanha rio-grandense.

A concentração dos efetivos teve início em 1774 com tropas do Rio de Janeiro que marcharam por terra desde Laguna em Santa Catarina. De Portugal vieram regimentos de Moura, Bragança e Estremoz, tendo participado tropas também de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, além de vários regimentos e companhias do Brasil. Fortificações foram construídos junto à margem norte da barra. Uma esquadra naval comandada por Hardecastle, com seis unidades, concentrou-se desde o final de 1775 em São José do Norte. Em 19 de fevereiro de 1776, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Mac Douall com uma esquadra de 9 unidades atacou a esquadra espanhola de 7 embarcações. O objetivo era desativar o poder naval espanhol concentrado na área para garantir a travessia posterior de tropas de assalto terrestre, porém, após cinco horas de combate, o plano fracassou.

O ataque decisivo a Rio Grande ocorreu algumas semanas depois, no dia 1º de abril às três horas da madrugada. Para dispersar a atenção dos espanhóis, o dia anterior 31 de março, foi de intensos festejos em comemoração ao aniversário da Rainha de Portugal D. Maria I. Os espanhóis, observando os movimentos portugueses a partir de suas fortificações na margem sul da Barra do Rio Grande, imaginavam os militares fora de combate pelo possível álcool consumido nos festejos. Numa ação conjunta de forças do Exército do Sul e da Esquadra Naval (12 navios), um ataque fulminante foi desfechado. A resistência dos Fortes da Barra, Mosquito e Trindade fizeram várias baixas luso-brasileiras e espanholas, numa operação que finalizou após trinta horas. As tropas espanholas retiraram-se apressadamente para o Forte do

Arroio e depois para o Forte de Santa Teresa. Por falta de cavalos, Böhm não conseguiu que os soldados realizassem um ataque sistemático ao exército em fuga.

Na reconquista a Vila do Rio Grande estava praticamente destruída com ratos e lixo por toda parte. Os prédios estavam em péssimas condições e alguns fortes ainda ardiam em chamas, incendiados pelos espanhóis. No dia 7 de abril foi rezada missa na Igreja Matriz de São Pedro, o prédio mais antigo do Rio Grande do Sul no presente. O *Te Deum* contou com a presença de tropas participantes da retomada e uma cadeira simbólica foi deixada vazia em homenagem ao apoio do Vice-Rei, Marques de Lavradio. A notícia da vitória lusitana repercutiu no Rio de Janeiro com comemorações. Tudo havia a reconstruir no centro urbano e o povoamento poderia novamente ser dinamizado. Porém, o ato da reconquista gerou uma reação intensa na Espanha. Foi criado o Vice-Reinado do Prata, sendo designado o temível General Cevallos para o cargo máximo. Com mais de cem navios e dez mil homens de terra e mar, ele partiu de Cádiz com uma frota tida como invencível para os padrões da época. Investiu e conquistou a Ilha de Santa Catarina e controlou a Colônia do Sacramento, iniciando a sua demolição. Sua esquadra pretendia invadir Rio Grande pela Barra, com o objetivo de esfacelar o Exército do Sul. Porém, as ainda hoje queixosas condições atmosféricas associadas ao vento sul reinantes em Rio Grande, desta vez foram favoráveis aos luso-brasileiros: fortes ventos dispersaram a esquadra de Cevallos impedindo uma pretendida invasão em abril de 1777. As tropas de terra do Gen. Vertyz y Salcedo avançariam desde o sul e as forças navais de Cevallos atacariam pela Barra do Rio Grande. Um quadro militar desastroso para os luso-brasileiros estava esboçado, mas não efetivado.

A diplomacia ibérica sofreu uma guinada em suas ações bélicas com a morte do rei D. José I e a queda do Marquês de Pombal. Foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso deixando o Rio Grande do Sul com a presença luso-brasileira no litoral até a fronteira de Rio Pardo e a imensa região missioneira sob controle espanhol.

Era o final de um ciclo de quase 100 anos de enfrentamento luso-espanhol a partir da Colônia do Sacramento. Um período de relativa paz com a possibilidade de organização da economia pecuária e de iniciativas agrícolas estava começando no sul. Os conflitos teriam continuidade no século XIX com a anexação da Província Cisplatina por D. João VI.

Com a invasão e a ocupação espanhola durante treze anos Rio Grande deixou de ser, como vinha ocorrendo entre 1737 a 1763, o centro administrativo do Rio Grande do Sul, passando estas atividades para Viamão e posteriormente para Porto Alegre. O Engenheiro militar Bettamio defendeu em 1780, o retorno do centro administrativo para a Vila do Rio Grande:

“Esta vila, que tanto tem custado à Coroa Portuguesa, parece de justiça se conserve, e se passe para ela a capital, mudando-se de Porto Alegre as pessoas que formam o Estado Civil, e restituindo-se a antiga posse em que estavam na vila. Dirão que o terreno é indigno pelas muitas areias que formam combros formidáveis, e que estes cada vez mais se vão aproximando à vila, sepultando os edifícios dela, o que não duvido sucede, e sucederá se não houver algum trabalho para os impedir. Se, porém, considerarem as utilidades que se seguem de ser ali a capital do continente, somente pela proximidade da barra e sem atender as mais que resultam aos povos vizinhos, que são já em grande número, vir-se-á a conhecer que se deve empregar todo o cuidado na conservação e aumento daquela vila...” (BETTAMIO, 1980: 112).

O repovoamento e desenvolvimento da Vila do Rio Grande nas décadas seguintes esteve, vinculado estreitamente à expansão da região pelotense (exportação do charque e derivados do gado bovino). Prevalece, até o fim do período colonial, a centralização das atividades econômicas da Capitania em torno da pecuária e do charque, cujas transações comerciais eram concentradas no porto e Vila do Rio Grande. Através do Porto, Rio Grande garantiu um considerável nível de desenvolvimento, que refletiu-se no crescimento da área urbana. Este desenvolvimento ganhou um vulto assombroso se consideradas as críticas condições que marcaram sua existência ao longo dos mais de setenta anos decorridos desde sua fundação e, sobretudo, se levado em conta que as suas condições físicas adversas prevalecem, ainda, nesta fase de prosperidade.

Nos primórdios do século XIX, Rio Grande era o principal centro de comércio da Capitania, estando o crescimento socioeconômico ligado diretamente ao movimento portuário, o qual repercutiu num aumento da demanda de serviços portuários e de reparos de navios o que constituiu uma fonte de geração de empregos. Surgiu uma elite comercial muitas vezes associada aos setores de produção do interior da Freguesia ou da Capitania. A formação desta elite remonta a década de 1780 contando a Vila, no ano de 1808, a presença de quarenta comerciantes. Desses, a preponderância é de portugueses seguidos de comerciantes oriundos da Colônia do Sacramento, do Rio de Janeiro, de Viamão e da Ilha de Santa Catarina. Dos três comerciantes restantes, um era espanhol, um era italiano e somente um era natural da Freguesia do Rio Grande. John Luccock considerou Rio Grande como

“o maior mercado do Brasil Meridional” destacando que os principais negociantes da Capitania estavam estabelecidos na Vila. O progresso e o desenvolvimento da Vila do Rio Grande adveio da sua função comercial e da ação interessada e direta de seus comerciantes, diante de seus problemas mais graves, substituindo a inércia a que a câmara local se via obrigada em razão de contar com rendimentos que não garantiam, sequer, a sua própria manutenção (QUEIROZ, 1987:156).

Este crescimento econômico que irá se difundir no século XIX evidencia que o período de praça fortificada em luta contra os espanhóis estava sendo superado e o novo perfil voltava-se ao comércio de exportação e importação realizada pelo Porto do Rio Grande. O ritmo comercial da Vila redefiniu o seu papel histórico de praça militarizada passando para centro portuário de escoamento de toda produção da Capitania dirigido ao mercado interno brasileiro. Porém, a garantia da prosperidade econômica passou pela difícil fase de afirmação militar no período entre 1737-1777, quando o projeto luso-brasileiro garantiu o controle da Barra do Rio Grande e da zona costeira rio-grandense.

A fundação social do Rio Grande

Francisco das Neves Alves*

A conclusão do projeto lusitano de ocupação das terras meridionais do Brasil se daria em fevereiro de 1737, com a fundação do presídio que daria origem ao povoado, depois vila e, mais tarde, cidade do Rio Grande. A edificação de tal intento não foi uma empreitada simples. Fundamentalmente, o conceito de *uti possidetis* começava a ganhar corpo, ou seja, a posse de um território passaria a ser legitimada pela ocupação humana no mesmo. Nesse sentido, a Coroa lusa teve de empreender um esforço para ocupar as terras sulinas, deslocando populações para aquela região onde pretendia garantir a conquista. A partir daí, diversos contingentes populacionais foram enviados para o Rio Grande, passando a enfrentar uma série de obstáculos e intempéries que caracterizaram a fundação social rio-grandense-do-sul.

A ocupação das terras que ficavam entre Laguna, em Santa Catarina, e a Colônia do Sacramento foi um projeto cogitado várias vezes, de modo a criar um baluarte estrategicamente melhor colocado na defesa da povoação lusa no Prata, bem como de aproveitar as potencialidades

* Professor Titular da FURG, Doutor em História pela PUCRS e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); Universidade de Lisboa (2013), Universidade Nova de Lisboa (2015) e UNISINOS (2016). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cem livros.

econômicas dessas terras sulinas. Nesse sentido, várias narrativas se referiram à incorporação de tal território ao império lusitano na América. Foi o caso de Manuel Jordão da Silva, aventureiro português que, ao final do século XVII, fez propostas ao rei de incumbir-se da colonização naquela região meridional, propondo-se a povoar o Rio Grande, considerado como a “terra de promessa” (apud BARRETO, 1976, v. 2. p. 1280). Já em 1703, Domingos da Filgueira elaborou um roteiro de como viajar por terra de Laguna até Sacramento, no qual enaltecia a quantidade de caça existente naquelas terras, garantindo uma jornada rica em carne e sem o risco da fome (apud CESAR, 1998, p. 51).

Pouco depois, ainda nos primórdios dos Setecentos, o militar português Francisco Ribeiro afirmava que naquelas terras, pela grandeza, comodidade, riqueza e fertilidade, se poderia fazer um reino muito maior que o de Portugal, destacando a excessiva quantidade de gado e dando instruções para o estabelecimento das fortificações e das povoações, além de indicar a conveniência do envio de moradores para a prática da agricultura (apud CESAR, 1998, p. 53-58). Mais tarde, em 1721, o sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar considerou o Rio Grande como a melhor terra do Brasil, enfatizando a quantidade de gado, de caça e de pesca, onde seria conveniente fazer uma povoação para dar socorro à Colônia do Sacramento, embora houvesse dificuldades no acesso marítimo pela instabilidade da barra (apud BARRETO, 1973, v. 1. p. 18). Além desses, vários outros projetos se referiam às riquezas do Rio Grande e à necessidade de povoá-lo, como forma de garantir a posse daquele território na fronteira com as possessões hispânicas. Levando em conta tais potencialidades econômicas e o valor estratégico da região, a Coroa lusa determinou a ocupação oficial daquelas terras, ato demarcado a partir da expedição chefiada por José da

Silva Paes, estabelecendo o marco inicial em fevereiro de 1737.

Nessa linha, se passara da planificação à concretude. Para as autoridades metropolitanas e coloniais o fundamental era o estabelecimento de um ponto estratégico em terras sul-rio-grandenses, nas proximidades da barra do Rio Grande, única entrada possível, embora inconstante, ao longo da faixa litorânea. A questão essencial era implantar um sistema de fortificações para a defesa daquele território em litígio e, posteriormente, aproveitar as potencialidades econômicas. Para promover a consolidação colonial e legitimar a posse, tornava-se necessário também o deslocamento de um contingente humano para a região. As condições de existência naquela novel colônia eram, entretanto, as mais difíceis, sendo oferecido um significativo manancial de dificuldades que homens e mulheres para lá enviados tiveram de enfrentar, contrastando com as visões paradisíacas presentes nas narrativas dos cronistas anteriores a 1737.

Um clima inóspito, com verões escaldantes, úmidos e abafados e um inverno rigorosíssimo, com frio inclemente e chuvas constantes; um acesso marítimo dos mais dificultosos, que levaria o lugar a receber a pecha de barra diabólica; um horizonte estéril, que ficaria por muito tempo conhecido pelos constantes areais soltos, esvoaçantes e prontos a engolir o que estivesse pela frente; um sítio urbano muito rudimentar, cheio de precariedades e habitações as mais rústicas; um abandono quase que completo por parte das autoridades governamentais; a fome sempre muito próxima, tendo em vista os grandes obstáculos ao abastecimento; e os perigos iminentes em um território em litígio, no qual o inimigo se avizinhava e poderia ser sentido quase que epidermicamente, gerando um dos originais medos coletivos dos primitivos sul-rio-

grandenses. Esse era o ambiente vivenciado pela comunidade humana que esteve presente nas terras gaúchas à época do nascedouro do Rio Grande (ALVES, 2010, p. 33).

Ainda no primeiro ano da ocupação, para a execução do projeto de construção do complexo militar, que era urgente, a única mão de obra disponível eram os soldados, os poucos paisanos que acompanhavam a expedição e alguns escravos dos oficiais. Além das demais dificuldades, havia também o risco das hostilidades de parte dos indígenas. Nessa época, os soldados viviam miseráveis de roupas, correndo o risco de andarem nus, pois seus uniformes se acabavam nas fainas incessantes por pântanos e alagadiços. A alimentação chegou a ser racionada, consistindo essencialmente em porções de carne, pois o isolamento se agravava, com a obstrução da barra. O quadro de miséria se intensificava, faltando farinha, azeites, vinagres e roupas, passando mal os soldados, pela falta de vestimenta e alimentação inadequada diante das tantas intempéries. Assim, os soldados se deparavam com o isolamento, a solidão e o duro regime de trabalho, enquanto lutavam com as próprias forças para sobreviver às doenças, ao frio e à fome, tendo ainda de enfrentar a repressão dos comandantes, que tinham de manter a ordem e evitar as deserções (QUEIROZ, 1987, p. 50-53).

Dava-se então uma contradição entre o projeto militar e de aproveitamento das potencialidades econômicas e a alocação de um contingente humano na recém-fundada colônia. Tal perspectiva ficava bem expressa na correspondência enviada por André Ribeiro Coutinho, comandante militar que substituiu o fundador Silva Paes, na qual ele definia a região conquistada como a “terra dos muitos”, pois, se havia muito gado, peixes, aves, frutas, hortaliças, madeiras; por outro lado, existia muito

inseto, chuva, vento, frio, trovão, e, acima de tudo, muito trabalho, bem como muita falta de tudo o mais para vida e para o luxo (apud CESAR, 1998, p. 94-95). Nesse contexto, o que acabava por prevalecer era o quadro de precariedade, pois se os fatores positivos dependiam da sazonalidade e dos recursos de exploração, os negativos eram bem mais constantes e efetivos.

Apesar de tantos óbices, a povoação viria a se desenvolver, agregando-se aos soldados novas levas populacionais, notadamente com a chegada de algumas mulheres, fator essencial para a fixação humana. Os governantes prometiam que os colonos seriam mantidos com remessas de farinha, grãos, cabeças de gado vacum, ferramentas, sal e cal, no intento de fixar os povoadores ao solo e desenvolver a agricultura e a pecuária e evitar a dependência do abastecimento externo. Mas tal objetivo não foi alcançado no curto prazo, continuando o provimento do povoado precário e oneroso e dependente do fornecimento externo por vários anos. Até mesmo o gado, uma das riquezas da região, começou a diminuir, mormente por causa da escassez e má qualidade dos pastos (QUEIROZ, 1897, p. 62-64).

Nesse sentido, em tal sociedade, viver o dia-a-dia já era uma aventura e a incapacidade das coisas com que contavam era notória, uma vez que suas moradas não passavam de barracas de couro, ou de ranchos cobertos de santa-fé. E havia a falta de tudo, de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de pedras, de ferro, de telhas, de madeira, de mulheres, de distrações, de moedas e de tijolos, além disso, o soldo das tropas nunca era pago em dia e, às vezes, levava anos para chegar (CESAR, 1979, p. 11). Essa penúria contrastava com as promessas iniciais da Coroa que garantia aos povoadores e soldados toda a infraestrutura necessária à sua manutenção, e até mesmo,

em alguns casos, a distribuição de terras, o que só ocorreria concretamente no caso dos militares de alta patente. Assim, a chegada ao Rio Grande, para alguns, poderia ser uma oportunidade de ascensão socioeconômica, notadamente no caso dos militares superiores e dos comerciantes, muito interessados nas possibilidades mercantis com as proximidades em relação ao Prata, mas, para a maioria dos soldados, era uma empreitada árdua, da qual, em grande parte dos casos, eles prefeririam evitar ou ver o seu período de serviço nas novas terras passar o mais brevemente possível.

Um dos fenômenos históricos que mais denotou esse quadro de precariedades, foi o espocar da Revolta dos Dragões, em janeiro de 1742. Em tal movimento, os soldados de vários regimentos, notadamente o de dragões, amotinaram-se, derrubando os superiores e ocupando seus cargos, sem deixar de manter a ordem no povoado, cumprindo todas as funções e, em termos gerais, sem visar uma ruptura com a Coroa lusa. A rebelião teve uma forte conotação social, já que a população civil não apenas apoiou, como participou ativamente do levante, o qual expressava plenamente a sua própria realidade. Nesse sentido, o povo foi um agente ativo nos distúrbios do Rio Grande, notadamente porque tal população e a soldadesca do povoado fundiam-se em um só corpo social, na medida em que eram do povo as mulheres, amantes, filhos dos soldados, e que constituíam, juntos, a quase totalidade da sociedade. Não havia segmentos intermediários, restando apenas a pauperização dos soldados, os quais contrastavam com a alta oficialidade (QUEIROZ, 1987, p. 73).

A situação de penúria dos soldados e da população em geral dava bem a ideia das péssimas condições de sobrevivência no povoado e ficava expressa no “Registro de representação” dirigido à autoridade pública local. Os

militares buscavam esclarecer que a revolta fora o seu último recurso, enfatizando que não era “o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S.M. e suas reais ordens”, as quais garantiam que manteriam, “como obedientes e leais vassalos”, para a defesa da sua Coroa e Estado, mesmo que fosse necessário perder a vida. Os soldados diziam que naquele “estabelecimento desde seu princípio”, haviam sofrido “não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão de munição e outros inconvenientes” que seriam típicos “na criação de novas povoações”.

Os dragões reclamavam serem submetidos à “consternação das estreitas ordens e rigorosos castigos”, achando-se “oprimidos, sem o desafoço de poderem sair dos portões para fora”, mesmo a curtas distâncias, “com a pena de prisão e severo castigo”. Enfatizavam ainda que não podiam “ter cavalos e arreios seus”, vindo a ser apreendidos suas montarias e seus apetrechos. Também denunciavam o aprisionamento que sofriam, sendo submetidos a constantes recontagens, além do péssimo tratamento de parte dos superiores, “com prisões e pancadas que os maltratavam”, não havendo a possibilidade de denúncia a esse tipo de tratamento.

A precariedade dominante ficava evidenciada, afirmando os revoltosos que, “faltando pão de munição, pela pouca prevenção” que fora feita pelas autoridades públicas, cada soldado recebia “quinze espigas de milho para quinze dias e uma abóbora para outros tantos”. Explicavam ainda que lhes foram prometidos suprimentos de farinhas, o que não foi cumprido, e àqueles que porventura quisessem reclamar era reservado o castigo de “se dar com um pau a morrer”. Argumentavam também que havia sido “usurpado o pão de munição de muitos

soldados”.

Os soldados se diziam “despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas”, estando “impossibilitados para poderem continuar no serviço”, não lhes sendo permitidas reclamações. Destacavam também que Silva Paes havia lhes garantido a possibilidade de substituição por outros que viessem servir no povoado, o que não fora colocado em prática. Acusavam também desvios nas dietas para o hospital, pois, ainda que tivesse ocorrido a remessa da Provedoria da Fazenda, tal comida sumira, “faltando à assistência e caridade dos doentes, por cuja causa notoriamente” padeciam “misérias excessivas”.

Outra denúncia era a de que, “havendo suspeita de algum soldado querer desertar”, mesmo que “sem prova legal”, ele era passado “a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do regimento, de onde iam para o hospital”, para depois serem colocados “em rigorosas prisões e galés”. Os dragões se diziam também “escandalizados de serem maltratados com palavras injuriosas, acutilados” pelos militares superiores, resultando em soldados maltratados e aleijados. Afirmavam também que, mesmo sob acusações mentirosas e não comprovadas, os militares eram presos e castigados.

Revelando a situação calamitosa dos moradores do jovem povoado, os dragões declaravam estar “vendo-se ultrajados, sem desafojo algum, passando excessivas misérias”, com “a falta de vinte meses de soldos e três anos de fardas, desenganados de que por outro caminho não eram atendidos, tomaram resolução”, de revoltar-se, separando-se “em um corpo da obediência” do governo e seus oficiais, “elegendo entre si outros, e um comandante, tanto para continuar o serviço, assim de guardas e rondas para a defesa do estabelecimento”, bem como “para se evitarem roubos, violências e outros distúrbios que

pudessem acontecer aos moradores". Os militares buscavam garantir que pretendiam manter uma linha de conduta, "sem alterar novidade alguma" no que se referia à "faxinas e mais disposições pertencentes à jurisdição real", até que lhes fosse satisfeito inteiramente, os soldos e "as fardas vencidas, franqueando-lhe poderem andar nos seus cavalos, não só dentro da praça, mas fora dela", como os regimentos vigentes lhes permitia.

Nesse sentido, os rebelados reivindicavam que pudessem "ter canoas para pescar e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças da povoação", nos dias que estivessem "isentos do serviço, sem mais obrigação que a de dar parte e obediência a seus oficiais". Solicitavam ainda que fossem isentados "das mostras e de serem recolhidos aos quartéis os que com seu procedimento" não dessem "ocasião a isso, praticando-se com eles" aquilo que se praticava "nas mais praças do Brasil, para suavizar outros descômodos" padecidos naquelas terras meridionais. Pediam a confirmação das garantias que tinham recebido quanto ao direito às licenças, e mesmo a possibilidade de serem substituídos por outros, de maneira que não desanimassem, podendo "servir com mais gosto".

Também fazia parte da pauta de reivindicações dos rebeldes um tratamento diferenciado para os doentes. Explicavam que aqueles que fossem atestados pelo cirurgião e seus superiores, tendo "queixas graves para continuar o serviço" e necessitassem de "mais eficazes remédios", deveriam ser remetidos ao Rio de Janeiro, antes que ficassem "incuráveis, para nele tratarem da sua saúde, com obrigação de se restituírem à sua praça". Além disso, pleiteavam que os doentes do hospital fossem assistidos "com mais caridade", não sendo desviadas "para outra parte as dietas" remetidas para este fim. Dentre os pleitos dos dragões estavam ainda o desejo de não serem

castigados, como até então, “pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova”. Entretanto, esclareciam que os desertores e criminosos em geral deveriam ser “punidos e castigados severamente, conforme a gravidade das suas culpas”.

Ao arrematar o seu “Registro”, os soldados reiteravam que só tinham tomado aquela resolução por estarem “obrigados da miséria e consternação em que se achavam”. Afirmavam que aquele movimento não se tratava de um tumulto, levantamento ou excesso, diante do que solicitavam à autoridade pública “o perdão de todas as forças” praticadas, com a garantia de que não seriam “castigados, nem punidos por semelhante culpa, nem por outra qualquer” em que porventura tivessem incorrido. Pediam perdão pelo ato, qualificado como última opção, de modo que eles prometiam, sem temor, restituir-se à obediência de seus oficiais, depois de confirmado e ratificado o perdão, para que eles pudessem continuar “no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejam empregar-se nele”.

Apesar de alguns dos participantes terem chegado a radicalizar, exigindo o atendimento de todas as suas reivindicações, havendo, inclusive, sugestões de debandada para o lado da Espanha, a Revolta dos Dragões foi pacificada notadamente a partir da intervenção de Silva Paes, com a maioria dos soldados decidindo pelo abandono das armas. A repressão da Coroa aos amotinados, como era muito comum à época, não foi realizada tendo em vista exatamente a carência de quadros na novel colônia. Mas tal movimento, ao contar com o apoio da maior parte dos povoadores que compartilhavam com os soldados toda aquela sorte de privações e provações, dava a nítida impressão do quão difícil foi o estabelecimento humano nas terras sul-rio-grandenses.

As décadas se passariam e o povoado evoluiria, chegando à categoria de vila e mantendo-se como o centro administrativo sulino até 1763, quando um outro momento de inflexão histórica se abateria sobre os povoadores da vila. Até então a presença sempre próxima do inimigo era uma ameaça ineludível, mas, a partir daquele ano, viria a se tornar em uma concreta e dura realidade. Uma série de erros administrativos e militares na fortificação do extremo-sul rio-grandense facilitou ainda mais a vitória hispânica, cuja superioridade de forças era notória na região. Antes mesmo que os espanhóis chegassem, os militares luso-brasileiros que deveriam guarnecer as fronteiras abandonaram suas posições e vieram em direção à povoação, a qual foi avassalada, atacando-se o espaço sacro, as propriedades reais e privadas e as pessoas, sem qualquer tipo de limite.

Com as notícias da invasão, o caos começaria a tomar conta da vila. Cada qual buscando fugir da maneira que lhe fosse possível. O governador foi o primeiro a colocar-se em fuga, não aguardando a execução das medidas que poderiam minorar a intensidade da derrocada, passando o canal a 21 de abril de 1763, abandonando a população à própria sorte (MONTEIRO, 1935, p. 82). Os fugitivos, em parte, embarcaram em duas sumacas, alguns apenas com a roupa do corpo, e saíram barra à fora para o Rio de Janeiro, outros ficaram na margem do norte, havendo ainda os que fugiram para Santa Catarina, por terra, em cujo trajeto muitos morreram de fome, sede e cansaço e a maior parte acompanhou o governador e mais autoridades para Viamão (RODRIGUES, 1895, p. 227).

A retirada de 20 a 24 de abril foi desastrosa, uma vez que no porto havia apenas duas embarcações pequenas e algumas canoas, totalmente insuficientes para a

transferência de armamentos, mercadorias e centenas de pessoas. A travessia era relativamente longa, e foi dificultada pela ação adversa dos ventos, de modo que a força das armas e a do dinheiro garantiria a prioridade para os interesses da coroa e das pessoas abastadas, ainda assim, toda a ação resultou em um grande fracasso (QUEIROZ, 1987, p. 114). Todos acorriam ao porto, mas muitos não podiam prosseguir, pois o governador tinha mandado por sentinela na praia a evitar embarques. Primava o governo pelos bens reais, procurando o tesoureiro salvar o que existia nos armazéns régios, fazendo passar pequenas peças com suas carretas, barris de pólvora e caixas de balas miúdas, livros e o pouco numerário que existia nos cofres, enquanto o povo açodadamente, tentando utilizar-se dos poucos barcos existentes, já com permissão, procurava na outra margem a segurança que a vila não lhes podia oferecer (MONTEIRO, 1935, p. 80-81).

Tal cenário de desespero se intensificaria com a chegada dos primeiros fugitivos de Santa Teresa, o que só fez intensificar o pânico na população e a travessia para o norte, que poderia ter sido com certa ordenação e sem maiores tropeços, passou a ser realizada de forma ainda mais desorganizada e sem método (BARRETO, 1979, p. 166). Até mesmo a cavalhada que se conseguira salvar em Santa Teresa, junto dos soldados que também queriam passar para o lado do norte intensificou a confusão reinante na vila, pelo aumento de candidatos às poucas barcas empregadas na passagem do povo. As condições climáticas e topográficas ocasionaram a perda de mercadorias, armamentos e cavalos na passagem pelo canal. Nas águas, com os barcos peçados de gente e o que conseguiam carregar, os barqueiros procuravam passar o povo que açodadamente e aos gritos chamava por auxílio. A escassez de embarcações em condições e a desordem natural na

utilização das existentes fez com que muitas ficassem inutilizadas, encalhando ou afundando (MONTEIRO, 1935, p. 82-83).

Alguns comandantes ainda chegaram a tentar reunir militares que passavam, buscando impor alguma ordem dentre os retirantes, entretanto, o instinto de segurança primava sobre qualquer preceito de disciplina, a desorganização implantada era completa e o povo e soldados só queriam o mais depressa possível fugir para o interior e abrigarem-se do invasor, de modo que nada atendiam. Era a plenitude da confusão, correndo o povo para as praias a procurar embarcações que os levassem, e os gritos das mulheres, o choro das crianças e as imprecações dos homens mais aumentavam a desordem (MONTEIRO, 1935, p. 82). Os saques foram generalizados, atacando-se tudo que estivesse pela frente, não se respeitando a propriedade privada, a da coroa ou a da igreja. Fosse para aproveitar a oportunidade da ocasião, fosse para praticar uma política de terra arrasada, visando nada deixar ao inimigo, os roubos, as depredações e a violência de toda ordem tornaram-se generalizados na povoação. Na parte norte do canal, os acontecimentos não foram diferentes daqueles da vila, repetindo-se os roubos e os atentados contra as pessoas e as propriedades (QUEIROZ, 1987, p. 115).

Chefiado por José de Molina, o destacamento avançado enviado por Cevallos, chegaria ao Rio Grande a 24 de abril de 1763 e encontraria a vila em abandono e destruição. Alguns poucos e pobres casais de ilhéus foram aprisionados enquanto, outras pessoas ficaram prisioneiras já embarcadas, por ter seu barco encalhado nos baixios próximos ao porto (MONTEIRO, 1979, p. 104). A possibilidade de edificar-se uma resistência lusa no lado norte do canal não foi sequer cogitada. Desse modo, não se

concentraram, na margem oposta, as forças transportadas, organizando ali a defesa, que poderia ser inexpugnável dada a ausência de uma esquadra que apoiasse as operações de terra espanholas (BARRETO, 1979, p. 166). Abandonando a zona de um possível combate, o governador seguiu para Viamão, mantendo-se o êxodo desordenado, sem que a concentração das forças retirantes chegasse a resistir, quer sob as ordens diretas de Madureira, quer sob a orientação de outro qualquer oficial, a que houvesse delegado tal incumbência (BARRETO, 1985, p. 39).

O misto de medo e ira no seio da multidão se voltaria contra tudo e contra todos, inclusive em relação ao próprio governador que chegou a ter a sua vida ameaçada. Assim, grande indignação acometeria a população, de modo que, civis e soldados, ao verem o governador abandoná-los, aos brados o insultavam, proclamando-o traidor e covarde. Um cabo de dragões chegou a alvejá-lo com uma pistola, gritando que era preciso matar os traidores e só a intervenção do provedor não permitiu que a ameaça fosse efetivada (MONTEIRO, 1935, p. 82). Quando da chegada dos contingentes fugidos de Santa Teresa, muitos dos soldados diziam que haviam de matar o governador, apontado como a causa de todas as suas desgraças (RODRIGUES, 1895, p. 226-227). Já transposto o canal, vários militares, tiveram de fazer escolta para garantir a vida de Elói Madureira que, na barranca norte, como no Rio Grande, tinha ainda sido ameaçada, tal o estado de desespero em que ficaram o povo e soldados pela incúria do chefe (MONTEIRO, 1935, p. 83).

Todo aquele caos e desespero era fruto do medo da guerra e do inimigo que se aproximava, mas refletia também os longos períodos em que os habitantes locais e os soldados ficavam relegados a um verdadeiro abandono de

parte das autoridades metropolitanas. Nesse sentido, as circunstâncias de terror serviriam para dar vazão aquela série de insatisfações de natureza socioeconômica, de maneira que a fome e a miséria dos soldados e colonos do Rio Grande também teriam ditado seus atos. Dessa forma, os armazéns reais foram imediatamente saqueados, soldados armados obrigaram o almoxarife a abrir-lhes as portas, dizendo que queriam vestir-se por se acharem rotos e nus (QUEIROZ, 1987, p. 114). Além disso, o próprio governador se apercebera que tais condições de penúria só serviam para agravar o quadro de instabilidades, autorizando o tesoureiro a entregar trigo e fazendas dos armazéns reais a um oficial, para pagamento aos soldados por conta dos meses de soldo que lhes eram devidos, de modo a ver se os contentavam, promovendo a organização da defesa da passagem (MONTEIRO, 1935, p. 82), em uma medida desesperada, mas infrutífera em resultados.

A realidade daquele momento consistia quase que no somatório de todos os medos. Diante de tal quadro, as agruras, as necessidades, as vicissitudes e o abandono generalizado vinham à tona com plena força e o pânico daria vazão às insatisfações de toda natureza. Não era só a presença do inimigo, eram os próprios defensores dos núcleos urbanos e das pessoas que se voltavam contra elas. O convulsionado, confuso e violento ambiente daquela ocasião abriu espaço para os comportamentos tresloucados, as atitudes desabridas e as condutas criminosas. Nada foi poupado, nem mesmo as mais sagradas instituições, tão respeitadas até então. A igreja, a fé, a divindade, os santos, as propriedades reais e particulares, as autoridades públicas, o governo, as vidas, a moral pública, os bons costumes, o casamento, tudo sucumbiu diante da pressão e da sanha do terror. Se a convivência lado a lado com o inimigo fazia parte do cotidiano da população sul-rio-

grandense desde a sua origem, originando um temor coletivo sempre presente, a invasão de 1763 daria vida a tal fantasma que continuaria a assombrar os moradores sulinos por décadas a fio até a incorporação definitiva daquela porção extremo-meridional da América Portuguesa¹.

Dessa maneira, a invasão espanhola constituiu um dos episódios mais marcantes que demonstraram o quão difícil foi a fixação humana na região sulina. Ainda que algumas providências tenham sido tomadas e o contingente populacional crescido, e certa estrutura urbana implantada, muitas das dificuldades originais continuaram a se fazer sentir, notadamente por causa das precariedades em torno do acesso marítimo pela barra do Rio Grande e pela continuidade da presença tão próxima dos adversários hispânicos. Assim, a conquista das terras do Brasil meridional, ao longo do século XVIII, em muito se deveu aos sacrifícios e à ação dos soldados e colonos, enfrentando toda a espécie de obstáculos e intempéries. Essa dicotomia entre os projetos coloniais e a dura realidade enfrentada pelos colonizadores bem ficava evidenciada nos versos publicados por um “J. M. P. S. da cidade do Porto” (apud CESAR, 1998, p. 160-161), já dos primórdios da centúria seguinte. Eles davam uma tênue e até jocosa ideia de quantos óbices se interpuseram à fundação social do Rio Grande:

Tetos de erva, paredes de pântano,
Nome de vila e construção d'aldeia,
Quase coberta da volante areia
Dos combros que aqui crescem todo ano:

¹ Trecho acerca da invasão espanhola elaborado a partir de: ALVES, 2012, p. 397-412.

Brisas de vento leste e *mi nuano*,
De moscas, pulgas, bichos é bem cheia;
Não sei quem tanto inseto aqui semeia
Para causar às gentes nojo e dano!

De pé um diminuto batalhão,
De cavalo os dragões mais esforçados,
De voluntários uma legião.
Dizem que há nos campos muitos gados;
Esta é do Rio Grande a habitação
Onde purgando estou os meus pecados.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Vespúcio e o Descobrimento do Rio da Prata*, In: *Separata da Revista Portuguesa de História* Tomo VI, Coimbra: 1955, pp. 1-49.

_____. *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Imprensa de Coimbra Ltda, 1973.

ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010. p. 33-51.

_____. Guerra e medo na porção extremo-meridional da América Portuguesa: a invasão espanhola (1763). In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 397-412.

Atlas Geográfico. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 2000.

ASSUNÇÃO, Fernando O. *Presença e Herança Portuguesa na Região do Rio da Prata*. Conferência proferida pelo Dr. Fernando Assunção na sessão solene de abertura do 1º Congresso do Patrimônio Construído Luso no Mundo, na sede da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 23 de

Março de 1987. Coleção 10 de Junho. Secretaria de Estado das Comunicações Portuguesas, Instituto de Apoio a Imigração e as Comunidades Portuguesas, 1987.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973 e 1976. 2 v.

_____. Tentativas espanholas de domínio no sul do Brasil, 1741-1774. In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. v. 2. t. 2. p. 133-213.

_____. *O Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985.

BENTO, Claudio Moreira. *A Guerra de Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul (1780) In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

CARDOZO, Efraim. *El Paraguay de la Conquista*. Asunción: Editorial El Lector, 1996.

CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências de 1640 até o Presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius

(orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 7-28.

_____. *História do Rio Grande do Sul (período colonial)*. Porto Alegre: Globo, 1980.

_____. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

CORTESÃO, Jaime. *Os Descobrimentos Portugueses*. vol. 2, Lisboa: Editora Arcádia, s/d.

DIAS, Carlos Malheiros (Et. Ali). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1823.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

HILBERT, Klaus. *A Descoberta a partir da Nova Gazeta da Terra do Brasil*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos* vol. 6, nº 1 e 2, 2000, pp. 39-56.

Inventários e Testamentos de São Paulo. São Paulo: Publicação do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. XXVII.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.

Mapas Históricos Brasileiros. Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973.

MIRANDA, Márcia. *Continente do Rio Grande: administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2000.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777): primeira parte – a invasão espanhola - 1763 -*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1935.

_____. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v. 4.

NEETZOW, Anselmo Alves. *A Construção Colonial da Província Platina nos Séculos XVI e XVII: Do imaginário na Europa às Ações no Novo Mundo*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

PEREIRA, F.M. Esteves. *O Descobrimento do Rio da Prata*. In: DIAS, Carlos Malheiros (Et. Ali). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1823.

PICCOLO, Helga. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Portugaliae Monumenta Cartographica. Vol. III, Lisboa, Estampa, 1960.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

RELA, Walter. *Exploraciones Portuguesas en el Río de la Plata 1512-1531*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Os espanhóis no Rio Grande. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1896*. Rio Grande: Livraria Americana, 1895. p. 223-232.

SANCHEZ QUELL, H. *Estructura y Funcion del Paraguay Colonial*. Buenos Aires: Editorial Tupã, 1947.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

SILVA, José Manuel Azevedo e. *A Cartografia Hispano-Portuguesa no Tempo de Felipe II*. In: *Actas do Colóquio Filipe II, la Ciência y la Técnica* Madrid: FUNDESCO, 1999, pp. 317-341.

TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal do Rio Grande – berço do parlamento gaúcho*. Rio Grande: Salisgraf, 2001.

_____. *A Colonização Açoriana em Rio Grande (1752-1763)*. In: *Biblos*. Rio Grande: FURG, 2004.

TRIAS, Rolando A. Laguarda. *El Predescubrimiento del Río de la Plata por la Expedición Portuguesa de 1511-1512*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

VASMINGO, Marta Milagro del. *Las Capitulaciones de Índias en el Siglo XVI*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983.

VINDEL, Francisco. *Mapas de America en los Libros Españoles de los Siglos XVI al XVIII*. Madrid, Gongora, 1965.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação pene em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



CIDH

Cátedra Convivida FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

ISBN: 978-85-67193-10-6



9 78 85 67193 10 6